

ATA Nº 04 – 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 **Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às treze**
3 **horas e trinta minutos, reuniram-se na sala do COMED, sito ao Terminal**
4 **Urbano “Daniel Bini” – Praça Almirante Tamandaré – Sala 02, para a**
5 **quarta Reunião Ordinária com as seguintes representações: 1.**
6 **Representante na área da Educação Infantil: TITULAR – Sueli Alves**
7 **Rodrigues Geara, SUPLENTE – Laís Miranda Cuch; 2. Representante na**
8 **área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: TITULAR – Ivanilde**
9 **Tavares Gomes; 3. Representante na área da Educação Especial:**
10 **TITULAR – Maria Cristina da Silva Filadelfo, SUPLENTE – Josiane Ribeiro;**
11 **4. Representante na área do Ensino Integral: TITULAR – Jussara Ferreira**
12 **das Neves; 5. Representante na área da Educação do Campo: TITULAR –**
13 **Maria de Fátima Alves de Lima; 6. Representante do Ensino Superior:**
14 **TITULAR – Mary Sylvia Miguel Falcão; 7. Representante da Secretaria**
15 **Municipal de Educação e Ensino Integral: TITULAR – Izabele do Rocio**
16 **Oliveira Santos, SUPLENTE - Manuele Cristina Vidal da Silva; 8.**
17 **representante dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação SISMMAP:**
18 **TITULAR – Ewelín Jamile Alexandre Teodoro dos Santos; 9.**
19 **Representante da Rede Particular de Ensino: TITULAR – Mirian da Silva**
20 **Ferreira Alves; 10. Representante do Movimento Interfóruns de Educação**
21 **Infantil do Brasil- MIEIB: SUPLENTE- Paula da Silva Inácio Pereira e 11.**
22 **Representante de Pais da Rede Municipal de Ensino: TITULAR – Antonella**
23 **Aparecida da Silva. AUSÊNCIAS: Erica Emanuele Pereira Viana, Mateus**
24 **das Neves Gomes, Aze Pereira Martins Coelho, Neuza Antunes dos**
25 **Santos. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Wilma Cordeiro Gomes, Edimar**
26 **Pereira Neves, Juliana Constantino Gabriel Pereira, Janete Lode da Silva,**
27 **Lorena Weinfurter Guimarães, Anderson Lima Fernandes, Leandro**
28 **Gonçalves Mendes, Marisa Pinheiro e Caroline Lobo Santos de Queiroz.**
29 **Para esta reunião tivemos a seguinte pauta: 1. Informes; 2. Formação dos**
30 **Conselheiros com Ana Lúcia Rodrigues e 3. Pareceres a serem**

Terminal Urbano “Daniel Bini” - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02

Centro Histórico – CEP 83.203- 220 Fone (41) 3423-8323

E-mail: comed@paranagua.pr.gov.br

31 aprovados. A Presidente Mary deu início a esta reunião trazendo os
32 seguintes informes: O GT da Educação Especial teve um contra tempo
33 por motivo de saúde da Professora Rosineide e que retornaremos aos
34 trabalhos na primeira semana de agosto devido ao recesso escolar dos
35 Conselheiros e dos professores da UNESPAR, inclusive a Professora
36 Roseneide relatou que está gostando muito do trabalho que está sendo
37 feito e que ela quer muito continuar e terminar esta proposta conosco. Em
38 relação ao GT Hora Atividade, ele está caminhando embora não tenha
39 chamado reuniões de trabalho, está sendo feita toda a revisão necessária,
40 ajustes necessários de tudo que foi discutido e eu acredito que na
41 próxima reunião, na próxima depois também de agosto ele chegará
42 pronto pra ser votado. Sabemos que é um projeto que tem que ser
43 editado pela secretaria, mas como nós estamos fazendo em concordância
44 então a gente já está organizando também a deliberação do conselho em
45 relação a essa proposta de atividade. Então são dois movimentos que eu
46 estou construindo ali, a deliberação do conselho que vai vir também pra
47 leitura e contribuição além da própria normativa. Um vai pra secretaria
48 que é ela que vai institucionalizar e nós vamos ficar com nossa
49 deliberação esperando a aprovação da secretaria pra que possamos
50 passar a deliberação e discutir e efetivar isso. Foi questionado se alguém
51 gostaria de socializar sobre as vistorias que foram feitas, o que acharam?
52 A Conselheira Ewelín relatou que em relação à educação infantil de
53 escola e de CMEI. A Educação Infantil de escolas sem estrutura para
54 atender as crianças, não tem banheiro adaptado à faixa etária, não tem
55 mobiliário, não tem nem professor pra estar atendendo as crianças. A
56 Presidente respondeu que a primeira coisa que nós vamos fazer o
57 seguinte, é consultar a Secretaria e perguntar pra ela por que isto está
58 acontecendo e a outra questão é encaminhar ao Ministério Público que
59 fiscalize junto conosco. Porque sabíamos que a partir do Corte Etário que
60 essa resolução que a maioria das secretarias tomou pelo menos aqui do

61 litoral inteiro, ela ia ser extremamente traumática pra criança pequena.
62 Então isso aí não é nenhuma novidade pra quem está na gestão e não é
63 nenhuma novidade pra nós que somos da área da educação. Lembro
64 quando avisamos a Secretária da pasta daquela época sobre a
65 necessidade de ampliação de vagas, mas enfim ficou e acomodou dessa
66 forma esta forma. Tem vários problemas, não é só aqui não, teve um
67 aluno meu que estava questionando isso em Araucária, em São José. Nós
68 sabemos que é a perspectiva da gestão é de acomodar sem pensar na
69 qualidade, na formação, na atenção e tudo, estamos falando de criança
70 pequena. Se estiver dentro da escola, ok, mas tem que construir um
71 espaço da Educação Infantil ali dentro totalmente equivocada. A
72 Conselheira Sueli complementou a fala da colega relatando que outra
73 prova disso é que ao analisar o PPP de uma escola, os campos de
74 experiências estão fragmentados por disciplinas e não é isso aí. É
75 especificidade. Entrando no segundo momento, pra poder justificar o que
76 pedi finalmente vai acontecer que é a nossa formação de conselheiros
77 que Ana Lúcia Rodrigues está disposta a vir pra cá pra trabalhar conosco,
78 será no dia vinte e seis deste mês. Para nós será uma experiência muito
79 importante, muito boa porque primeiro a gente tem conselheiros que já
80 estão aí, mas nós temos conselheiros novos também, tem presidente
81 nova também que também nunca esteve efetivamente nesse posto, mas já
82 foi conselheira, mas nunca na presidência. Então ela vem muita em
83 função da solicitação que a gente está desde que assumiu. Pensei
84 discutir com vocês que agenda nós faremos, porque como ela vai ficar o
85 dia inteiro, mas ela é uma pessoa também que ela tem algumas
86 especificidades inclusive na saúde então a gente pensou em fazer em
87 dois momentos, mas no primeiro momento seria uma agenda com o
88 conselho pra discutir a questão do conselho como um todo, estrutura, e
89 aí os conselheiros que não quiserem acompanhar a agenda da manhã eu
90 pensei numa agenda da tarde, essa agenda da tarde específica da

91 formação inclusive estou convidando pra essa agenda e aí se vocês
92 tiverem anuência, o conselho também de Matinhos que está se
93 constituindo como conselho, mas ainda não se consolidou. Acredito ser
94 muito importante contribuirmos e partilharmos essas questões com
95 conselhos que estão nascendo. Pela manhã uma discussão mais
96 executiva do conselho e à tarde mais formativa poderia ser assim?
97 Alguém tem alguma objeção? Todos os presentes concordaram. Dia vinte
98 e seis é qual dia da semana é hoje? Gostaria de conversar um pouco
99 sobre a questão dos pareceres que temos recebido demandas, vou
100 começar pelo parecer de número doze que é da Escola Municipal em
101 Tempo Integral “Iná Zacharias” – Educação Infantil e Ensino
102 Fundamental. Eu não assinei o parecer e vou dizer pra vocês porque, é
103 uma coisa que eu queria até conversar um pouco o que me diz e o que
104 define que essa escola é uma escola de tempo integral? Eu acredito que
105 não é uma escola de tempo integral a partir dos elementos que estão aqui
106 que definem como integral. Como que é o currículo dessa escola? Ele é
107 articulado para o Ensino Integral? Como é feito o trabalho com esses
108 professores? Como é feito e pensado as articulações entre os diversos
109 professores pra dar conta da demanda de uma escola integral. É uma
110 escola de integral ou é uma escola de dois turnos? Fiquei com várias
111 dúvidas pra dizer, é uma escola integral porque o parecer não me dá
112 subsídio pra entender se é ou não. Como não respondia as minhas
113 perguntas eu já penso que quando a gente elaborar um parecer e é isso,
114 qualquer parecer porque e agora a gente já começou a conversa sobre
115 isso eu tenho de que dizer do que eu estou falando assim como a gente
116 discutiu na elaboração que nós precisamos dizer pro outro que conceito
117 eu estou falando daquilo ou qual o conceito de hora atividade porque
118 senão o professor da rede não vai entender. Aqui também eu tenho que
119 dizer com qual conceito de escola de tempo integral que está na
120 legislação. Então na legislação eu vou ter um conceito e eu diria um

121 conceito como é que chama quando é legal da educação e nós vamos ter
122 um conceito também pra dizer o que é educação integral e eu já busquei
123 esses elementos e eu vou deixar aqui no conselho todos esses assuntos
124 eu vou fazer uma pasta aqui no conselho que o conselheiro pode buscar
125 aqui e subsidiar o seu então, por exemplo: qual que é o objetivo da
126 educação integral? E o desenvolvimento integral da criança. E pra isso
127 não é espaço físico e não é tempo. Isso não define educação integral. A
128 escola tem que fazer uma rede que possibilite isso, inclusive um trabalho
129 com a comunidade. Como é que é feito, se não é feito? E por aí fora,
130 espaços, organizações, ONGs, ela tem que ter toda uma articulação. A
131 outra coisa é que temos que pensar é que a escola tem que abrir mais
132 tempo para as aprendizagens significativas, como isso está na
133 reorganização do seu currículo? Então tem que ter uma articulação entre
134 cultura, esporte, associação, meio ambiente, saúde, tudo dentro dessa
135 escola. Como que isso está sendo feito? Porque a criança faz parte de
136 uma rede de proteção, fica o dia inteiro na escola, a responsabilidade é do
137 poder municipal sobre essa criança. E todas as articulações que
138 envolvem a criança de tempo integral elas tem que ser feitas pela escola.
139 E aí eu trouxe aqui alguns elementos. Esses são os passos, depois temos
140 que entender quais são feitos, os múltiplos arranjos pra poder ter essa
141 escola como é que vão se dando as articulações entre essas áreas de
142 atendimento a criança e o fato dela estar presente ali. O Projeto Político
143 Pedagógico tem que expelir toda essas questões, então eu trouxe um
144 artigo também que eu vou deixar que tipo de avaliação é feita, que política
145 é essa, às vezes quando a gente vai embasar a nossa fala a gente tem que
146 ter argumento e os argumentos acredito que tenhamos que estar
147 construindo, se pegarmos o Parecer do Conselho Estadual de Educação
148 ele vem inclusive com citações pra legitimar a fala ou o porquê que o
149 conselho está falando isso. E isso a gente faz. Então a idéia é criar aqui
150 pra cada área, pra cada questão uma pasta que ajude e vamos

151 alimentando isso sempre, os conselheiros a dizer por que é a favor ou
152 porque ela é contra determinadas coisas. Quando a gente negar a gente
153 tem que ter muito mais argumento do que quando a gente acata, mas
154 também devemos ter argumentos legítimos pra acatar. Temos que buscar
155 esse conceito na legislação, fundamentar com aquilo de onde a legislação
156 constitui essa questão. E a gente está vendo agora que tem uma política
157 própria pra isso ela foi aprovada agora tornando não sei quantas mil
158 vagas dois milhões de vagas de educação integral no Brasil inteiro com
159 certeza, os municípios serão contemplados é muito mais pra município
160 do que pra estado. Então teremos que pensar muito sobre isso se não é
161 um momento também de fazermos inclusive os gestores prestarem
162 atenção naquilo que estão chamando de educação integral, não tem
163 efetivamente um pingo do que se propõe na educação integral.
164 Questionava muito a educação integral anos atrás a questão de horário, a
165 carga horária desse aluno. Então Por isso que a gente tem que ficar muito
166 na escola. É, a gente. Essa carga horária eu sempre questionava. São
167 coisas que nós temos que fiscalizar, nós temos olhar pra isso, mas
168 não podemos nesse momento aprovar esse parecer. Ninguém é obrigado
169 a ter esse conhecimento todo, mas veio a necessidade e está aqui, vamos
170 buscar esse conhecimento porque às vezes temos um conceito de
171 educação integral que não é o conceito na legislação. Inclusive teremos
172 que fazer uma vistoria e ver se é isso mesmo. Pode até funcionar, mas ela
173 não vai ser considerada a partir só depois que os conselheiros voltarem
174 lá, olharem quais são as questões, não é só porque a estrutura não tem
175 pessoal capacitada pra trabalhar aquilo ali, é porque a criança não é só
176 colocar lá e dar um prato de comida. Estou falando do cuidado e da
177 educação dessa criança, porque é o estado que responde por isso, a
178 criança chega em casa, ela vai ela vai brincar, ela vai tomar um banho, ela
179 vai se alimentar. Se eu vou cuidar num período, eu tenho lá toda uma
180 determinação que me diz o que é que tem que ser o atendimento para

181 essa criança no período. E no segundo período vai envolver muito mais a
182 educação estruturada com a guarda dessa criança enquanto ela está lá
183 então, quando eu falo guarda é guardar a criança em todos os sentidos
184 porque uma criança de tempo integral, inclusive ela volta pra casa
185 alimentada, ela volta pra casa de banho tomado, ela volta pra casa com
186 toda a rotina de uma criança daquela idade, uma criança que toma banho
187 dez horas da noite, problema dos pais. Mas enquanto está no domínio do
188 estado todos esses cuidados são necessários. Vamos fazer uma pasta
189 pra deixar para quando precisarmos fundamentar as nossas decisões do
190 ponto de vista conceitual e legal assim como o Conselho Nacional faz,
191 assim como o Conselho Estadual faz. Às treze horas e cinqüenta minutos
192 chegaram as Conselheiras Izabele, Manuele e Paula no que a Presidente
193 Mary as informou que estávamos discutindo a pauta 1 e que a pauta de
194 número 2 é sobre a formação de conselheiros com Ana Lúcia Rodrigues.
195 Então nós fizemos uma agenda que na primeira parte da manhã será uma
196 reunião executiva entre o nosso Conselho nosso e o de Matinhos e a Ana
197 Lúcia e no período vespertino vai ser a parte de formação em que os
198 conselheiros vão levantar todas as suas dificuldades e as suas demandas
199 pra a partir daí então ela responderá as ansiedades, as dúvidas, aos
200 questionamentos e também a partir do que ela pensa que deve ser o
201 impulso, e a outra coisa que nós estávamos discutindo agora é em
202 relação aos pareceres dos Processos que vieram da Secretaria e que eu
203 estou justificando é a alteração de denominação da escola que está
204 pedindo a denominação pra que seja a escola de tempo integral e o
205 parecer não sustenta a justificativa do pedido de denominação da escola
206 de tempo integral então nós estamos discutindo aqui o material que eu
207 trouxe que define o que é a escola integral é um artigo que eu trouxe que
208 também vai contribuir para fazermos uma reavaliação dessa escola a
209 partir do que a legislação entende como tempo integral. A lei entende
210 como tempo integral e a partir de uma base teórica que define todos os

211 âmbitos de uma escola de tempo integral. E a outra coisa é a partir daí
212 fazer uma verificação nas demais escolas que se denominam tempo
213 integral e ver se elas atendem nessa perspectiva. Foi isso que a gente
214 discutiu até agora. Querem falar sobre isso, alguma coisa? Não?
215 Tranquilo. Bom, esse é o primeiro parecer que eu não assinei e trouxe pra
216 gente discutirmos e o segundo os demais pareceres dizem respeito, por
217 exemplo, ao processo de Autorização de funcionamento e aí eu queria
218 que esses pareceres fossem mais circunstanciados. Por exemplo, o que
219 precisamos efetivamente pra autorizar o funcionamento da escola? Então
220 quando eu tenho e vocês quando vão às vistorias tem um checklist que
221 diz o que tem que ser observado. Então eu queria que dentro dessas
222 observações que elas fossem descritas. A escola apresenta o PPP de
223 acordo que a gente pudesse fazer um parecer mais descritivo por quê?
224 Porque na hora de acompanhar isso a gente pode não vai estar aqui, mas
225 outro conselheiro vai ter uma referência de o que é que foi observado, do
226 que é que atendeu e do que então isso seria uma memória porque, por
227 exemplo, a gente está começando uma gestão agora com alguns que
228 ficaram da gestão passada que são aqueles que também tem uma prática
229 ao longo do conselho de não passar essa memória no documento, se eu
230 ler esse documento eu não sei, eu só sei que está sendo aprovado agora
231 porque ele atende aos dispositivos da lei, mas a lei é imensa, mas eu
232 tenho critérios pra analisar a partir dessa lei o que é que a gente quer? Eu
233 gostaria que os pareceres viessem circunstanciados pra que inclusive a
234 aprovação deles fossem mais contundentes assim como se tiver algum
235 problema que também essa contundência fosse apontada de forma
236 efetiva. Alguém gostaria de falar alguma coisa sobre isso? A Conselheira
237 Ivanilde disse que a vistoria que ela fez na semana passada levou o
238 checklist que a Ana deu e que condiz com o a solicitação feita agora,
239 pontuando cada detalhe, Porque daí aqui tem classe especial fizeram a
240 observação deles. E eu como ensino fundamental fiz a minha dentro, mas

241 tudo aqui. Ótimo. Então vem cada item, refeitório, licença. A Presidente
242 Mary disse que não está dizendo que não seja feito, não aparece no
243 documento que fica. Ela gostaria que esses elementos que foram
244 observados criassem uma memória e diz isso como pesquisadora. Se eu
245 quiser discutir como que o conselho discute, eu não tenho dados, eu só
246 vou ter dados assim, um parecer deu parecer favorável. Deu parecer
247 contrário. Porque o que nos interessa efetivamente não está posto, até
248 mesmo pela memória histórica do Conselho, e também daqueles que
249 quiserem pesquisar pelo conselho, vai saber o que foram vistoriadas,
250 parecer completo que me ajuda até entender que as escolas foram
251 vistoriadas, que o problema maior era isso, dá até pra quantificar se a
252 gente tiver interesse de fazer uma pesquisa sobre isso, Então é isso. Aí
253 tem uns pareceres aqui que eu chamei atenção sobre o seguinte.
254 Salientamos que o certificado de licenciatura do Corpo de Bombeiros
255 deverá ser renovado logo após sua validade e não tem a validade. Eu
256 preciso ter a validade até pra eu saber depois se expirou o prazo. Então
257 eu preciso colocar a data de validade de tanto a tanto daí eu sei que a
258 partir daquilo então eu preciso datar isso aqui pra que isso aconteça. A
259 outra coisa é pensar eu acho que é um padrão que tem aqui de já
260 escrever isso, mas eu acho necessário que atue nesse padrão trazendo
261 esses elementos que são necessários. Esses pareceres viriam pra
262 aprovação hoje, mas não vai ser possível porque teremos que retomar,
263 com observações, serão feitos nestes critérios. Na escola Iná a gente sim,
264 vai ter que voltar a partir de outros critérios que a gente tem que montar
265 pra discutir realmente se é uma escola de tempo integral ou se é uma
266 escola de dois turnos ou que proposta é essa que está ou é o de segunda
267 jornada, de dois tempos ou enfim de tempo integral pra que seja tem
268 critério. Se tiver critério teremos que seguir os critérios pra poder analisar
269 isso. E aí eu já vou já vou pedir pra Ana pra fazer o levantamento legal
270 dos critérios da escola de tempo integral porque a base conceitual já está

271 aqui. Alguma dúvida em relação a isso, discordância, concordância,
272 ampliar mais coisas? Não? Então a gente tem que pensar isso. O que
273 vocês acham disso que eu estou propondo? A Conselheira Sueli relatou
274 aos presentes que na data de ontem com mais duas Conselheiras
275 estiveram no Conselho para analisar processos e montar os pareceres.
276 Estávamos observando um PPP de uma determinada escola, onde a
277 educação infantil dessa escola estava organizada, está ali colocada como
278 grade curricular e organizada em disciplinas. Então foi uma observação
279 porque nós pontuamos alguns itens que a senhora mesmo assim
280 colocou, observar bem o PPP, ver como está escrito, acompanhando tudo
281 dentro da legislação, o que diz a nossa deliberação depois estendemos
282 pra hora atividade, mas não tinha uma planilha, não tinha um cronograma,
283 apenas dizia que é um direito, quando a Presidente questionou de quem é
284 o direito e a resposta foi que só dizia direito segundo a Constituição só
285 depois a parte da estrutura física que também deve vir contemplada no
286 PPP, alguns eram muito sucintos, dois banheiros, três salas, estava muito
287 vago para entender aquele PPP, depois os instrumentos da gestão
288 democrática, dizia que realmente se baseava numa gestão democrática,
289 porém as instâncias pra comprovar essas democráticas colegiadas, por
290 exemplo, conselho escolar, APMF, não dizia nada, alguns até outros que
291 eu via ou acompanhei outros e também uma determinada instituição
292 explicava até, colocava o quadro de reuniões dessas instâncias
293 privilegiadas. Os PPP's são muito diferentes e divergentes um do outro,
294 Ewelín também acompanhou e depois fiz uma relação, analisando o
295 documento de uma instituição privada e de uma instituição pública. Uma
296 determinada instituição privada cumpria integralmente a legislação e a
297 nossa deliberação em se tratando do PPP estava ali, era um com menos
298 detalhes e compreendíamos assim, eu conseguia visualizar aquela
299 escola, se realmente faz a prática, eu não sei porque eu não estou lá. É eu
300 conseguia visualizar aquela escola e ela estava enquanto eu analisava o

301 outro e eu não conseguia porque estava confuso. Eu entendia claro, sou
302 professora, mas assim eu não sou professora do ensino fundamental,
303 mas o que me chocou mais foi a escola e que se tem uma educação
304 infantil e ali estava pré dois e que ali estava como grade curricular
305 fragmentada e não é . A Conselheira Paula perguntou de que ano é este
306 PPP e a informação foi de que é do ano de dois mil e vinte e dois. A
307 presidente Mary reforçou que deveremos rever a nossa deliberação e isso
308 vai ser feito no segundo semestre porque é uma necessidade muito
309 grande de repensar. A Conselheira Paula concordou que há muitos
310 espaços, muitas alterações no que a Presidente Mary tornou a falar sobre
311 fazer essa observação na nossa deliberação porque se ela está tão
312 desatualizada e ela é vaga ela vai reproduzir também relações vagas na
313 escola e questionou quando é que a escola vai ter que refazer o PPP? A
314 Conselheira Paula respondeu que na verdade todo ano é feita uma
315 atualização. Presidente Mary disse que deveremos repensar inclusive se
316 passa para dois anos, pois foi uma das coisas que nós discutimos porque
317 em um ano não dá tempo de aplicar, avaliar e devolver. Caso contrário, a
318 escola vai fazer como uma tarefa mal feita pela urgência, pela emergência.
319 E isso está sendo observado nas avaliações que vocês levantam, está
320 implicando nas avaliações. Quer dizer, nós não queremos um PPP pra
321 dizer que está cumprindo, acredito muito que dentro da instituição não
322 seja revisado, porque ela acredita que é só pra entregar e não revisa mais.
323 A Conselheira Paula nos relatou que efetuou algumas análises de PPPs
324 da educação infantil quando estava diretora daquele departamento e que
325 inclusive colocavam com ressalvas a respeito da questão da gestão
326 democrática.” A instituição apresenta o instrumento de escuta da família
327 pra poder fazer uma avaliação do seu trabalho. Existe um cronograma de
328 formação continuada pela própria escola,” mas com ressalvas dizendo
329 algumas retornáveis. A Conselheira Izabele reafirmou que a aprovação
330 com no parecer técnico, aparece quais são os pontos que a escola

331 precisaria adequar. Porque também implica muito na questão do tempo,
332 pra vir pra cá precisa ter um tempo hábil entre esse documento voltar pra
333 escola, pra ser corrigido, às vezes não há esse tempo pra eles devolver o
334 PPP pra eles certificarem, voltar pra Secretaria. Então, realmente algumas
335 coisas, ele é aprovado com ressalvas, para que a escola faça a
336 atualização. Então, a intenção não é que venha com ressalvas, Mas que
337 então efetivamente já a observância da escola. A Presidente informou que
338 há relato não aqui mas que no Brasil inteiro que os PPP são copia e cola
339 das escolas. Então a gente também tem que pensar num espaço de
340 elaboração do PPP em algum momento, tão logo dissermos que serão
341 dois anos, esse ano a escola tem que elaborar, tem que pensar no
342 calendário dessa escola um momento de elaboração desse PPP que
343 passe pelas horas atividades, mas que a escola tem que ter que garanta
344 porque, o que a legislação diz. Que o PPP é uma construção coletiva, que
345 nesse momento possamos juntar nós Conselheiros Secretaria, demais
346 pessoas Universidade e fazer um mutirão nas escolas pra fazer esse
347 processo de concessão coletiva do PPP. Acho que isso é uma tarefa,
348 nossas alunas do curso de Pedagogia, a gente conversa com o pessoal
349 do PIBID, com o pessoal da residência pra gente poder contribuir com a
350 articulação da construção coletiva porque não é fácil a escola fazer uma
351 articulação coletiva. Se eu tenho um PPP de uma escola privada que você
352 consegue ver, o pai também consegue ver e consegue inclusive cobrar
353 porque que não está acontecendo, porque aquilo que tem que dar essa
354 visão da escola? Conselheira Sueli – as idéias devem estar construídas
355 dentro deste documento que é legal, legítimo. Presidente Mary - a
356 autonomia da escola está no PPP se não tiver no PPP a escola não pode
357 definir, inclusive a Secretaria pode instituir. Então autonomia não é dada,
358 é construída pelos sujeitos que estão no local. Agora, se eu entendo que
359 a escola não tem aquilo, a Secretaria pode muito bem intervir e dizer você
360 não está organizado, então nós vamos instituir aqui isso e isso e isso

361 porque é o PPP que tem que falar. Conselheira Mirian – porque ela não é
362 apenas uma falácia, ela toca no que vai trazer ali algumas soluções pra
363 escola. Sim, assim, muito bonito de ver a serenidade que está sendo
364 exposta, a clareza que realmente é um copia e cola em muitos casos, não
365 digo todo PPP, mas algumas partes, principalmente do PPP por conta do
366 tempo, que você tem que fazer um por ano. O PPP não se faz numa
367 semana e precisa de várias partes envolvidas e eu não sei se eu entendi
368 direito a fala da professora nesse sentido assim de não ter uma
369 intervenção, mas uma colaboração sugeriu um momento específico pra
370 que as escolas parem e pensem só nisso, criar esse espaço que não
371 existe hoje dentro da escola, o professor passa o tempo inteiro na sala de
372 aula tem que arranjar tempo que não que não tem pra fazer coisas e o
373 PPP exige muito. Eu vou relatar uma experiência em nossa escola, nós
374 estamos fazendo assim, reúne a parte que são dos alunos para os
375 representantes de classe conversarem, fazer pelo Google Meet e o Google
376 Forms, fazer preencher para daquilo. Quem vai trabalhar sobre avaliação
377 faz um grupo de avaliação, mas fica em alguns momentos fragmentado.
378 Fragmentado meio que pra cumprir protocolo pra dizer houve uma
379 participação coletiva, mas qual a qualidade dessa participação coletiva?
380 A gente vê assim que é mesmo como a professora diz, é só pra cumprir
381 um protocolo que houve esses espaços. Presidente Mary - pra gente ter o
382 espaço, porque pra mim, que pesquiso gestão, é uma coisa fundamental
383 se a gente perguntar se os professores conhecem o PPP, ninguém
384 conhece. Se os pais já ouviram falar, ninguém ouviu falar, então como
385 que eu posso fazer um documento norteador das políticas da escola que
386 aí constitui a sua autonomia se ninguém sabe? A gente está falando que
387 vai que vai fazer a deliberação e a deliberação em cima das discussões
388 que a gente está fazendo isso tem que constar em algum lugar pras
389 pessoas saberem então vai ter que constar também no PPP, ali é a
390 história dessa escola, por isso que a gente às vezes vai pesquisar a

391 escola, a gente vai na fonte que é o PPP que deve ser um documento
392 idôneo que represente a realidade. É um documento idôneo porque ele é
393 publicado como a proposta pedagógica da escola porque ele é assim, ele
394 assume uma importância muito grande, mas não pode ser assim. É
395 verdade. Eu escrevo isso e faço aquilo, porque as contradições vão ter
396 que aparecer na hora de escrever o PPP. E aí a minha proposta é que vá
397 conselheiros, que vá todo mundo pra ajudar a orientar porque o PPP
398 levanta contradições. Por isso que a gente precisa de fazer um debate
399 sobre este tema e aí pro calendário que vem pensaremos como isso será
400 feito, porque a nossa proposta enquanto Conselho que foi discutido, mas
401 nós vamos abrir o GT do PPP no semestre que vem é justamente pensar
402 em colocar a cada dois anos não e não mais um ano, mas pra que ele
403 tenha amadurecimento, pra que ele tenha adesão, pra que ele tenha
404 debate. Não terá mais a justificativa de que porque é na urgência, a gente
405 acaba com isso e vai exigir qualidade no PPP, vai exigir aderência do PPP
406 com a escola, pensar como fazer isso e entrará no nosso checklist a partir
407 daí. Primeiro pensar na Deliberação do PPP certo? As Conselheiras
408 Ivanilde e Sueli lembraram das atualizações que devem ser feitas no PPP
409 como por exemplo quadro funcional, projetos. A Conselheira Paula – isso
410 acontece porque a nossa, a nossa orientação trata que até trinta e um de
411 março ele tem que ser protocolado pra cá, mas aí assim é começo de ano
412 educação infantil, é toda aquela construção e todo ano a mesma coisa
413 que se tem uma orientação, atualização do quadro, atualização da
414 atualização dos projetos, porque tem projeto que a gente não faz, mas um
415 pouco de certa forma ele tem que ser um caminho, não dá pra se mudar
416 totalmente uma escola da noite pro dia, essa é uma questão, a outra
417 questão é que para a rede privada como acompanham o Estado também,
418 eles não tem a necessidade de mudar todo ano, são atualizações,
419 precisamos alinhar desde a nossa da lei do nosso sistema, as nossas
420 orientações. Em outra época, fizemos uma deliberação sobre o PPP e foi

421 uma insistência porque na deliberação da educação infantil na época e
422 optou-se porque não queriam que a educação infantil tivesse a mesma
423 deliberação porque na deliberação da educação infantil já tinha PPP, mas
424 acaba que tem um conselho que tem duas deliberações pra tratar de PPP
425 da Escola, de CMEI sendo que a educação infantil está na escola e está
426 em CMEI, então são essas coisas que a gente precisa ajustar ao longo do
427 caminho. Conselheira Miriam - outra realidade que, por exemplo, que
428 quem tem dois setores pra dar conta escola privada aí educação infantil
429 ela dá para o conselho do fundamental, ela dá para o núcleo e não tem
430 como fragmentar porque é uma escola só e daí tem partes por exemplo a
431 concepção ,tem concepções que são específicas da educação infantil
432 mas tem 00:49:33 concepções que abrangem a escola desde a educação
433 infantil ao ensino médio. Visitei um conselho uma vez que eles faziam por
434 bloco pra não separar a proposta. A concepção que era comum a todos
435 os segmentos ela vinha no início por capítulos. Esse é o capítulo da
436 educação infantil, do fundamental e aqui não se aceita isso. Presidente
437 Mary - Eu tenho que ter uma concepção de escola, a partir dessa
438 concepção de escola vai ter as especificidades eu entendo dessa forma,
439 não consigo entender descolado. A escola é uma só, essa concepção tem
440 que aparecer na educação infantil mediada com as especificidades da
441 educação infantil. E eu e eu ainda digo o seguinte, o Paraná é um dos
442 estados que para de onde eu venho não tem escola só de educação
443 infantil, só pro município o município vai até o ensino fundamental, isso
444 aqui é uma especificidade do Paraná. O Brasil inteiro trabalha atendendo
445 educação infantil e ensino fundamental. Certo? Aqui no Paraná por conta
446 de uma perspectiva de descentralização do estado que estava archoado
447 com dívida que ele tinha, ele foi transferindo a etapa com mais alunos pro
448 município e ficando com a etapa final. Isso foi uma decisão política do
449 estado querer a municipalização. A municipalização foi feita pela indução
450 do FUNDEB. Então são coisas que a gente não pode separar filosofia da

451 escola porque ela tem que impactar nas suas etapas de formação então
452 creio que isso seja uma divisão inócua. Conselheira Miriam – outro item
453 que dificulta muito é o checklist na hora de elaborar, Município dá um e o
454 Estado dá outro. Então, se tem pronto, teu da estrutura, por exemplo, né?
455 Você faz, daí quando você manda pro município aquilo que já tá pronto,
456 que você já fez minha proposta, não, aqui é outro então, você não pode
457 usar esse, mas é a mesma estrutura física, como que você vai fazer de
458 novo? Mary - Então, agora a grande questão é a estrutura física atender a
459 essas demandas. Aí que, aí é que vem de baixo pra cima. Ela está
460 atendendo o discernimento então se ela atender a educação infantil então
461 nós não temos problema porque ela tem que atender a educação infantil.
462 E o que ela tem pra atender? São todas as adequações necessárias à
463 criança pequena. Mas isso a gente vai discutir na deliberação do PPB
464 porque a gente já vai começar o GT e eu falei aqui antes que pode parecer
465 que está parado o trabalho do GT da Hora Atividade, não, já estamos
466 escrevendo uma possibilidade de deliberação se aquele documento ficar
467 no teor que está então já estamos escrevendo e fundamentando uma a
468 deliberação e vamos terminar já falando que em agosto devido as férias
469 de vocês ser diferente da nossa, da universidade. Então a Rosineide por
470 exemplo só vai poder retomar o GT dela a partir de agosto e eu também
471 porque nossas férias são do dia dezesseis até o dia trinta. Nós
472 retomaremos na próxima terça-feira da segunda semana de agosto. Bom,
473 então em relação a pauta de hoje e no semestre que vem também começa
474 já o da educação infantil com a professora Daniele Marafon coordenando
475 o GT e eu que vou coordenar o GT do PPP. Gostaria de chamar atenção é
476 que também o FUNDEB vai trabalhar conosco nesse encontro de
477 formação de conselheiros com a Ana Lúcia que vai também orientar
478 porque ela também é Presidente Nacional do FUNDEB. Tivemos uma
479 reunião com o Tribunal de Contas que pediu sugestão porque ele está
480 fazendo um trabalho efetivo na educação, acompanhamento e fizeram da

481 educação infantil e agora eles estão indo pras escolas também pra fazer
482 avaliação se não me engano do PPP das escolas. Uma professora
483 colocou a saúde do trabalhador, que foi uma coisa que nós discutimos
484 aqui também e eu coloquei a questão da hora atividade. O Tribunal de
485 Contas irá a alguns municípios próximos a Maringá acompanhar a
486 qualidade da educação. Eles constroem um instrumento de gestão para
487 ajudar inclusive o gestor a trabalhar pensando nessa questão da
488 qualidade. Mais alguma coisa que alguém queira levantar? Conselheira
489 Ewelín - Professora, agora com o restante do mês de julho como ficarão
490 os trabalhos, vamos acompanhar o calendário? Presidente Mary –
491 respondeu que acompanharemos o calendário escolar, que a sala ficará
492 fechada. Para aprovação temos um parecer para aprovação
493 Credenciamento da Oferta da Educação Básica e Renovação de
494 Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, que é do Centro de
495 Educação Infantil do SESC que foi aprovado sem ressalvas e por
496 unanimidade. A Conselheira Ivanilde fez seu relato referente a sua
497 primeira vistoria e achou bem interessante, pois tirou aquele olhar de
498 professora que está tão acostumada com a porta que está caindo ou que
499 está pendurada. Percebeu que tratava-se da mesma realidade que vive na
500 instituição em que trabalha porque não tinha o regimento, não tinha
501 licença de Bombeiros, não tinha licença sanitária, não tinha nenhum
502 documento, não tinha mais carteiras de documentos, não tinha planta
503 baixa nas paredes, não tinha o cardápio do almoço das crianças esses
504 detalhes que nos orientam ficaram a desejar. Foi uma experiência bem
505 nova, bem construtiva, porque é um lugar de aprendizado. A gente acaba
506 banalizando aquilo que é importante. Presidente Mary – A gente analisa a
507 nossa prática a partir daquilo que a gente pegou como referência no caso
508 a própria referência do COMED, acho que isso é que é legal. A linha
509 prática e Conselheira Ivanilde questionou quando uma obra tem que ser
510 feita na escola durante o ano letivo ela tem um prazo, para se começar e



511 para terminar e onde procuramos por esta informação? Presidente Mary -
512 a Secretaria que tem o pessoal que acompanha o engenheiro. A nossa
513 reunião está encerrada. Nada mais havendo a registrar, eu, Ana Cristina
514 de Campos Martins, Secretária Geral do COMED, lavro a presente ata que
515 vai assinada por mim e demais presentes. Esta ata foi aprovada no dia
516 onze de outubro do ano de dois mil e vinte e três durante a sétima
517 Reunião Ordinária. _____
518 _____
519 _____.

18

